

Os Vadios Desamparados e suas Elites Beneméritas

Cláudia Maria Ribeiro Viscardiⁱ

O êxito da implantação da República no Brasil, acontecimento que se deu no imediato pós-abolição, estaria diretamente condicionado à resolução de vícios apontados como próprios ao regime monárquico e à solução de problemas novos advindos com o novo regime. Entre os últimos, estavam a inserção dos libertos no mundo do trabalho livre e a incorporação de inúmeros outros atores sociais no mercado político formal, motivados que estavam pela ampla proclamação do discurso liberal.

Analisemos o primeiro desafio republicano, qual seja, o de viabilizar a transição para o assalariamento na cidade e no campo. Este não era um desafio que atingia somente os libertos, mas a todo um grupo significativo de trabalhadores livres nacionais e dos inúmeros imigrantes que aportaram no eixo sul-sudeste do país.

A ausência de uma política de qualificação e alocação de mão-de-obra foi agravada pelo abandono do campo por parte de vários trabalhadores que buscavam nos pólos urbanos melhores condições de subsistência. Soma-se a isto, uma conjuntura desfavorável provocada pelo Encilhamento, que elevou o custo de vida para a população sem que a oferta de novos postos de trabalho compensasse perdas já tão significativas.

O desvalimento social nas cidades e a marginalização de inúmeros setores sociais contrastavam fortemente com a difusão dos alicerces da cultura políticaⁱⁱ liberal tão enaltecida pelas elites vencedoras. A igualdade contrastava com os intensos desníveis sociais. A liberdade com o reforço das forças públicas locais e com o aumento dos confrontos entre povo e polícia. A fraternidade contrastava com o abandono generalizado dos excluídos.

Duas soluções foram postas em prática, com o fim de resolver este primeiro desafio republicano. A primeira foi a repressão à vadiagem e a criação de uma nova disciplina do trabalho, através dos inúmeros instrumentos jurídicos disponíveis.ⁱⁱⁱ A segunda foi promover algum tipo de amparo social para aqueles que estavam à margem deste processo de inclusão

no mercado de trabalho. Nosso objetivo é o de contribuir com a segunda solução, através do estudo da filantropia.

Quanto ao segundo desafio da República, qual seja, o de incorporar no campo político um vasto contingente populacional que dele estava excluído, as soluções eram bem mais difíceis. Muito embora o discurso liberal compartilhado por vários setores de nossa elite política anunciasse que todos eram, a partir do novo regime, cidadãos republicanos, desta cidadania estava fora a maior parte da população brasileira. Portanto, o processo de inclusão política passaria muito mais pela iniciativa da própria sociedade civil em se organizar do que por uma ação indutora do Estado.

O processo de extensão da cidadania no Brasil foi longo e ainda encontra-se em andamento. Não faz parte de nossos objetivos discutir este tema.^{iv} Mas, um dos instrumentos importantes que veio a fazer parte deste processo foi a formação de uma cultura associativa por parte dos setores populares. Acreditamos que o número vasto de associações – dos mais variados tipos – ocorrido em várias capitais brasileiras, foi condição prévia necessária ao advento de sociedades de resistência operária e partidos políticos, tão importantes no processo de consolidação da cidadania brasileira. Tal cultura associativa manifestou-se através da proliferação de alguns tipos de associativismo urbano. Através da pesquisa que realizamos sobre as associações de Minas Gerais entre 1872 e 1934, pudemos observar a seguinte tipologia:

Relação Parcial de Associações de Juiz de Fora e Belo Horizonte (1872-1934)^v

TIPOS	NÚMERO	TOTAL PERCENTUAL
Profissionais	96	50,80
Seguradoras	34	17,98
Artísticas	20	10,58
Saúde	10	5,30
Étnicas	21	11,11
Outras	8	4,23
TOTAL	189	100

Em que pese o caráter provisório dos dados, percebe-se o número significativo e variado de associações, revelando uma cultura associativa intensa. Algumas associações chegavam a reunir cerca de 500 a 1800 sócios. É interessante notar que ambas as cidades, a partir dos anos vinte, viverão um intenso movimento sindical.^{vi} A comprovação de uma relação de continuidade entre as associações e os sindicatos é difícil de ser feita. Mas, a consolidação de relações de solidariedades horizontais, propiciadas pela vivência de experiências deste tipo, será requisito fundamental para a composição de uma cultura cívica na sociedade civil brasileira.

Tendo em vista o acima exposto, podemos afirmar que a conjugação de dois tipos de esforços – o de criação das sociedades filantrópicas, por iniciativa das elites, e das associações diversas, por iniciativa da própria sociedade civil – contribuiu, pelo menos parcialmente, para a solução dos dois desafios importantes que resultaram do modelo de República implantado no país.

A) O Associativismo Filantrópico

Maurice Godelier, ao fazer uma reflexão sobre a importante obra de Marcel Mauss, nos alerta para a importância das noções que envolvem as dádivas, o seu recebimento e a sua devolução (contra-dom).^{vii} Para o antropólogo, a prática das doações envolve sempre a expectativa de devolução da oferta por parte do contemplado, mesmo que o retorno da dádiva concedida seja a manutenção do receptor na condição de dependente do doador. Complementa esta noção a abordagem de Pierre Bourdieu sobre a prática de atos aparentemente desinteressados. O autor, em seus estudos das trocas simbólicas, nos informa que doações aparentemente desinteressadas escondem o interesse pelo acúmulo por parte do doador de capital político ou simbólico, materializados pelo reconhecimento do poder de quem ofertou.^{viii}

Esses conceitos podem ser muito úteis para a explicação de incontáveis gestos de generosidade encontrados nas relações que envolvem a elite política e suas associações filantrópicas. Um exemplo específico do que estamos falando foi encontrado em pesquisa desenvolvida sobre a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.^{ix} Trata-se de um hospital geral, criado por iniciativa de uma importante irmandade religiosa local, chamada Nosso Senhor dos Passos.

Por trás da criação do que veio a ser, durante muitos anos, o principal hospital da região, esteve um grupo compactado de potentados locais, políticos e lideranças religiosas. As doações que viabilizaram a construção do hospital foram muito significativas. Foi trazido para o hospital um grupo técnico qualificado, formado por médicos e enfermeiras religiosas de outros locais do país e também do exterior. O hospital, a princípio destinado ao amparo dos desvalidos, tornou-se tão competente em sua missão, que nova ala teve que ser construída para abrigar os próprios setores da elite que não dispunham de um atendimento de tão boa qualidade.

Mas o referido hospital não vivia só de doações privadas, que compuseram a maior parte de seu sustento. Seus dirigentes tinham forte inserção política local e atuavam no sentido de reivindicar do poder público, importantes subvenções que ajudassem na manutenção do empreendimento. Além disso, atuavam mobilizando a comunidade em busca de doações as mais diversas.

A imprensa terá um papel fundamental neste processo de recolhimento de doações e de reforço do caixa do “banco de capital simbólico” dos principais beneméritos. Através dos jornais diários, campanhas por doações eram ordinariamente veiculadas. E não faltavam os agradecimentos que envolviam a relação de todas as doações e de seus principais doadores. Como o jornal era o principal meio de comunicação existente, algumas lideranças beneméritas recebiam já o seu contra-dom, reforçando o seu poder no cenário político e religioso do município.

Além do aparecimento nos jornais, havia outros mecanismos de recebimento do contra-dom. Ao fazerem grandes doações, setores da elite conseguiam que seus nomes fossem alçados à condição de cidadãos beneméritos ilustres, nomeando pavilhões e tendo suas imagens retratadas em quadros a decorar as instituições beneficiadas.

O número de associações filantrópicas foi muito grande. Entre católicas, protestantes e espíritas podemos listar cerca de cinquenta e três delas. Mas nem todas recebiam doações tão vultosas. No caso de um hospital, o grande envolvimento da elite benemérita pode ser explicado pelo seu interesse em prover as condições mínimas de reprodução da força de trabalho, além de seu próprio amparo, quando necessário. Mas outras instituições existentes tiveram muitas dificuldades em conseguir tão facilmente isenções públicas de impostos, subvenções para seu funcionamento ou mesmo adquirir um bom reconhecimento de seu trabalho por parte da comunidade. Como exemplo desta situação podemos citar o caso do asilo de órfãs de Juiz de Fora, conhecido como João Emílio. Por mais que as contribuições para o orfanato fossem requisitadas através da imprensa, a sensibilidade da comunidade para com

meninas órfãs não era assim tão grande. Assiste-se nos jornais, inclusive, críticas a este tipo de amparo social, chegando a sugerir que ao invés de recolher as jovens meninas elas fossem levadas para as casas de família para o desempenho gratuito de funções domésticas.^x

Portanto, o associativismo filantrópico foi de grande importância para a resolução de parte dos problemas sociais advindos da república excludente implantada no país. Aqueles que não entraram no mercado de trabalho – ou por falta de postos ou por resistirem à nova ordem imposta pelas posturas municipais – restava o acolhimento por parte das inúmeras associações existentes. O processo de higienização do espaço urbano não poderia conviver com as mazelas dos pobres, expostas a cada esquina.

B) O Associativismo Mutuário

As associações de socorro mútuo fizeram parte de um conjunto de outras associações surgidas por iniciativa dos próprios setores populares, mesmo que algumas delas tenha contado com a participação de membros mais bem aquinhoados da população, na condição de seus sócios beneméritos.

Se auto-definiam como organizações cooperativas de ajuda aos trabalhadores nos momentos de doença, invalidez, aposentadoria ou morte. Seus maiores recursos eram gastos com o financiamento de funerais de seus associados.

Sua organização interna era bastante semelhante, em que pese a diversidade de associações. Reuniam trabalhadores de 15 a 55 anos, em geral, que contribuía mensalmente. Dedicavam-se à promoção de inúmeras festividades com o fim de reforçar seus debilitados caixas. Tais ocasiões serviam como espaços de lazer e sociabilidade para seus membros, bem como para a comunidade em geral. Organizavam espetáculos circenses, missas, quermesses, traziam companhias teatrais e comemoravam datas importantes relativas a sua própria história. Atuavam assim, construindo e reforçando identidades coletivas e estendendo elos de solidariedade horizontal entre seus membros.

Seus associados, apesar de fazerem parte dos setores mais populares, diferiam dos eventuais clientes das associações filantrópicas. Eram assalariados ou semi-assalariados. A exigência do pagamento de uma jóia ou de uma prestação mensal afastava da organização levadas de trabalhadores informais, vadios ou aqueles momentaneamente desempregados.

Muitas tiveram dificuldade em se manter honrando seus compromissos. A ausência de uma direção técnica e os abalos econômicos de uma conjuntura nacional nem sempre favorável provocaram o progressivo esvaziamento de tais associações.

No caso mineiro, foram contemporâneas dos sindicatos e tinham em relação a eles uma dimensão distinta. Não atuavam como órgãos de resistência operária, mas apenas amparavam os trabalhadores na ausência de políticas previdenciárias promovidas pelo Estado. Tão logo o estado brasileiro chamou a si a responsabilidade pelo amparo ao trabalhador desvalido, tais associações foram se esvaziando e permanecendo – algumas delas – tão somente como espaços de sociabilidade e lazer.

O número de associações e de sócios era tão grande que desconfiávamos da existência de bases múltiplas, ou seja, o mesmo trabalhadores se associariam ao sindicato na luta por seus interesses e ao mesmo tempo às mutuais na expectativa de proteção social.

As relações entre as mutuais e o poder político local costumavam ser cordiais. Recebiam, quando solicitado, isenção de impostos, serviços urbanos em suas propriedades e permissões para realizar suas festividades. Algumas chegavam a receber subvenções públicas. Muitas lideranças políticas locais assumiram, em algumas ocasiões, a direção das mutuais ou foram seus sócios beneméritos. O interesse por parte das autoridades locais em associar-se se explica pela necessidade de reforço de sua liderança política e status social, tal como explicitado anteriormente, em relação às associações filantrópicas.

Desta forma, as mutuais cumpriam um duplo papel. Além de amenizar as necessidades derivadas da falta ocasional do emprego e da renda, propiciava a criação de um espaço

relativamente autônomo por parte dos setores subalternos que reforçaria uma cultura cívica de agregação, a proliferação de relações mais horizontais e a mobilização social em prol de alguns benefícios para os trabalhadores. Neste sentido, muito embora não tenham tido objetivos explicitamente voltados para a inclusão política dos trabalhadores no Estado Liberal, certamente prestaram importante colaboração no processo de construção da cidadania dos setores populares do Brasil, no contexto de sua transição para o capitalismo. Junto com as filantrópicas deram a sua contribuição para a resolução de parte dos desafios mais prementes inaugurados com a República.

ⁱ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Doutora em História Social pela UFRJ. Neste texto serão apresentados resultados parciais de uma pesquisa em andamento, a qual conta com financiamentos da FAPEMIG, do CNPq e da própria UFJF.

ⁱⁱ Entendemos cultura política à maneira de S. Berstein, como um conjunto de referentes difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política. No interior de uma nação existem várias culturas políticas e quando a área de valores é bastante ampla, temos uma cultura política dominante. BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. RIOUX, J.P. e SIRINELLI, J.F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350 e 354.

ⁱⁱⁱ A este respeito existe uma volumosa bibliografia. Destacaremos algumas: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**, Rio de Janeiro, Eduerj, 1996, PESAVENTO, Sandra J. **O cotidiano da república**: elite e povo na virada do século. 4ed, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910), São Paulo: Cia das Letras, 1992, KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. 2ed, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

^{iv} Sugerimos sobre este assunto a consulta a três trabalhos: CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo: Cia das Letras, 1989, PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O cidadão está nas ruas**: representações e práticas acerca da cidadania em Porto Alegre (1889-1991), Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2001 e SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

^v A coleta de dados foi concluída para o município de Juiz de Fora e está em andamento para o município de Belo Horizonte. Este número ainda sofrerá mudanças. Não estão incluídas na presente tabela as associações filantrópicas que somam, só para o município de Juiz de Fora 53 associações.

^{vi} Para o caso de Juiz de Fora, ver: ANDRADE, Sílvia M.B.V. **Classe operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. Para Belo Horizonte ver: FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de S. **A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. V Seminário de Estudos Mineiros**: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG, 1982. Para ambas as cidades ver: DUTRA, Eliana F. de. **Caminhos operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec-UFMG, 1988.

^{vii} GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio, Civilização Brasileira, 2001. Introdução e cap. 1 e MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Edições 70, Lisboa, Introdução e cap. 1.

^{viii} BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papyrus, São Paulo, 1996, cap. 5

^{ix} SÉRIE: 222 - Documentos referentes à Santa Casa de Misericórdia – documento 15. 19/2/1895 do médico do hospital, Dr. N. da Gama Cerqueira para a Câmara Municipal de Juiz de Fora. Arquivo Público da Cidade de Juiz de Fora. Jornal O Pharol de 10/01/1903, p. 1, coluna 8. Jornal O Dia de 13/10/1917, p. 1, coluna 2 depositados na Biblioteca Murilo Mendes, Setor de Memória.

^x Série 210 – documento 1 – correspondência da Madre Superiora à Câmara Municipal em 09/12/1905. Arquivo Público da Cidade de Juiz de Fora. Jornal O Pharol de 16/02/1907, p. 1, colunas 2 e 3 Artigo de PENNA, Feliciano. Jornal O Pharol, 17/08/1910, p. 1, coluna 3, seção e Jornal O Pharol de 19/10/1910, p. 1, coluna 2. Biblioteca Murilo Mendes, Setor de Memória.